

CONFLUÊNCIAS ENTRE OS DISCURSOS HISTÓRICO E FICCIONAL

* Nubia Jacques Hanciau

História e literatura, duas escritas que, de maneira diversa, compartilham o ambicioso projeto de apreender as sociedades.

STELLA BRESCIANI

Os significados dos termos, assim como falam de suas origens, orientam o uso corrente. Sob esse ângulo, história quer dizer narração de fatos notáveis, ocorridos na humanidade; numa segunda acepção, enredo, trama, fábula. Ficção identifica-se com fingimento, simulação, invenção de coisas imaginárias. O cruzamento dessas significações apresenta-se, nos moldes da arte, em possibilidade de criar um espaço capaz de simular a verdade da vida social de modo bem mais convincente e esclarecedor do que pode ser alcançado nos relatos factuais.

Peter Burke fala de fronteiras instáveis entre história e ficção – o que corresponde à oposição tradicional entre “história” e “fábula” – relacionando-as com as demais fronteiras (lingüísticas, religiosas, culturais ou metafóricas), as quais separam opostos complementares (o sagrado e o profano, o público e o privado, ou a história e a ficção), passíveis de mudanças, interdependentes, cada um fazendo parte do processo pelo qual o outro é constituído. No mesmo artigo Burke aponta a dependência recíproca dos gêneros e suas duas funções contraditórias: a de barreiras à comunicação – fronteira “fechada”; e as regiões de encontro – fronteira “aberta”, esta dependente da primeira, uma vez que o encontro na fronteira só será rico e frutífero se obstáculos anteriores à comunicação tiverem existido.¹

* Professora Titular do Departamento de Letras e Artes – FURG.

¹ Peter Burke, “As fronteiras instáveis entre história e ficção”, in Aguiar, 1997, p. 107-115, coletânea que trata das diferenças/confluências entre narrativa histórica e ficcional. A respeito do tema também foram consultados nessa obra: “A questão do romance histórico”, de Valéria De Marco, p. 192-197; “Romance histórico, literatura romaneada”, de Regina Zilberman, p. 179-192; “O que é romance histórico?”, de Edgar De Decca, p. 197-206; “Cruzamento de leituras: José Lins do Rego e Cyro Martins sob o olhar da história”, de Sandra Pesavento, p. 249-254; “Leituras de fronteiras”, de Zilá Bernd, p. 288-291. In Chiappini e Aguiar, 1993, o artigo “Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa” de Walter Mignolo, p. 115-161. “Literatura e História: o entrecruzamento de

Mas onde está o limite, se é que ele existe, da fronteira da história e da ficção? É possível traçar uma linha divisória nítida entre os dois discursos? Haverá uma história “verdadeira”, que ostente o estatuto de cientificidade, apresentando-se, enquanto episteme dentre as formas “sérias” do conhecimento, e diversos tipos de histórias inventadas, fictícias ou fantasiosas?

Entende-se que há por trás das convergências e divergências entre uns e outros, de um lado o desejo de alguns literatos em defender a liberdade da imaginação enquanto qualidade inerente às grandes obras, responsáveis por falar em várias épocas aos mais diversos leitores. Do outro, encontra-se a não menos legítima aspiração de certos historiadores em defender a verdade como alvo, na tentativa de provar que, assim como o escritor, o historiador é um autor. Mas um autor cuja imaginação criadora deve-se deixar levar, entre outras exigências, por um severo rigor metodológico, um aparelho crítico, uma constante preocupação com a honestidade intelectual no manejo de suas fontes, que incluem a literatura.

Embora o assunto seja amplo e não se esgote facilmente, em breve retrospectiva histórica observou-se na bibliografia consultada que, enquanto a história consolidava-se como ciência, ela procurava demarcar com maior rigor seus limites com relação à literatura, e esta, *à son tour*, buscava acentuar sua característica inventiva e de gratuidade. Se a primeira defendia a adequação de seu discurso à evidência dos fatos, a literatura afirmava a sua conformidade à descoberta ou desvelamento de verdades gerais, além dos fatos. Mas ambas sustentavam a vinculação com a verdade. Seguindo esta reflexão, a história se ocuparia do que aconteceu, estabelecendo relações com fatos e seres “realmente existentes”, e a literatura, com o presumivelmente ocorrido, feitos e seres “idealmente existentes”. A história atendo-se ao particular, a literatura tentando extrair o que é geral e essencial do particular para ultrapassá-lo, uma e outra visando seus próprios interesses.

Remontando a um passado ainda mais remoto, os historiadores da Antiguidade greco-romana não se inquietavam em transmitir uma versão subjetiva dos fatos observados, tampouco com o que escreviam, se o que produziam pertencia ou não a um dos ramos da

discursos”, de Carlos Alexandre Baumgarten, in Alves e Torres, 1993, p. 91-94. *Littérature/Histoire: regards croisés*, os artigos “La littérature: une entrée dans l’histoire”, de Jacques Leenhardt (p.16-25); “Quelle histoire, quelle littérature, pour quel type de regard?”, de Lígia Chiappini (p. 159-175). Walter Benjamin, “Sobre o conceito da história”, 1985. Ainda sobre o tema: White, 1994 e 1995.

poiesis. Nas sociedades ditas comunitárias, os poemas épicos e os contos orais integravam-se à vida prática de seus narradores e de seus ouvintes, conforme revela Walter Benjamin em seu texto “O narrador”². É relativamente nova a preocupação com o rigor das fontes, com a objetividade da narrativa histórica no que concerne à noção de ficção e literatura enquanto trabalho com a imaginação e criação.

Boa parte das discordâncias que ainda hoje se vê nos embates sobre o tema certamente pode ser explicada em função da forma estereotipada com que sempre foi vislumbrado o trabalho do outro. Vai se distanciando porém a percepção do texto literário como um discurso ornamentado, incompatível com o discurso científico, que foge à retórica em nome da clareza e da adequação, enfoque que ignoraria o que há de pesquisa, trabalho, esforço, objetividade e precisão na linguagem dos poetas e dos autores de ficção. Por outro lado, se está perdendo de vista o tempo da obrigatoriedade da disciplina história, que tem por objetivo o ensino de datas, nomes dos grandes heróis, e que desconhece os debates atuais a respeito da narrativa, a preocupação com o simbólico, os novos e múltiplos conceitos.

Foi no final do século XX que a fronteira reabriu-se e as convenções foram questionadas, no que se denomina crise da consciência histórica. Jean François Lyotard³ e os novos filósofos franceses, entre eles Paul Ricoeur⁴, minam então as bases da narrativa histórica contemporânea, assim como Descartes⁵ minara um dia as narrativas de historiadores humanistas. As discussões mais recentes em torno da narrativa histórica vs. narrativa ficcional implicam refletir paralelamente a respeito das relações entre formas de pensamento e de linguagem, que enquadram os conceitos de narrativa, ficção e ciência. A

² Jane Marie Gagnebin considera “O narrador” uma teoria antecipada da obra aberta que, na narrativa tradicional, apóia-se na plenitude do sentido, em sua profusão ilimitada. Gagnebin é autora do prefácio de *Obras escolhidas*, de Benjamin, 1985, p. 12.

³ Lyotard, 1979.

⁴ Paul Ricoeur é um dos mais importantes filósofos da segunda metade do século XX. Foi professor na Universidade de Estrasburgo, Sorbone, Nanterre, Lovaina e na Universidade de Chicago. Estabeleceu uma ligação entre a fenomenologia e a análise contemporânea da linguagem através da teoria da metáfora, do mito e do modelo científico. Nos três volumes de *Tempo e narrativa*, Paul Ricoeur estuda detalhadamente as circulações, configurações e reconfigurações que a narrativa, histórica e fictícia, faz com o tempo.

⁵ *O discurso do método* (1637), de René Descartes, rejeita a história como incerta e compara histórias (*les histoires*) com a ficção (*les fables*). A idéia principal da crítica cartesiana é a de que a noção dos historiadores em relação à dignidade da história os leva a omitir detalhes triviais (*les plus basses et les moins illustres circonstances*). O autor deu origem à idéia do herói tradicional/exemplar (como Cervantes) e valorizou o que chamou de “quotidiano”, na tentativa de competir com o romance pela atenção do público leitor feminino. Descartes, 1997.

historiografia é hoje tão variável em suas metamorfoses que se torna impossível reduzi-la a uma só tendência. Exposição cronológica, linear, tentativa de fixação de situações, de estruturas, de processos, obra sistemática ou ensaio, são tantas as formas historiográficas que elas dificultam qualquer conceito que não seja plural.⁶

Uma das tendências vigentes considera que as fronteiras disciplinares se desfazem a partir do momento em que se afirma – conforme faz Hayden White – que a história não é mais do que uma *fiction making operation*, pois, independentemente do seu conteúdo, ela é uma “narrativa” que utiliza os mesmos procedimentos da ficção. Qualquer conjunto de acontecimentos reais pode ser disposto de diferentes maneiras e suportar o peso de ser contado em diferentes tipos de relatos, uma vez que nenhuma seqüência de acontecimentos reais possui intrinsecamente linearidade ou causalidade, mesmo que, ao impor estrutura aos acontecimentos, se possa construí-los com as estratégias da narrativa ficcional.⁷

De forma genérica, o que caracteriza os novos historiadores europeus e americanos, a despeito das diferenças individuais, é uma certa urgência epistemológica, pós-estruturalista, que promove constantemente o conceito de história como textualidade ou intertextualidade construída. Alfredo Bosi, no Brasil, é um dos que enfatiza a necessidade de ater-se ao passado histórico e insiste na possibilidade de sua recuperação na memória e na linguagem; para ele a memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem. Pela memória, as pessoas que se ausentaram fazem-se presentes. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são, nessa perspectiva, a condição da possibilidade do tempo reversível.

Teóricos importantes da historiografia (Hegel, Marx, Nietzsche), viam na interpretação da escrita da história a própria alma da historiografia. Também chamados de meta-historiadores ou “filósofos especulativos da história”⁸, sua obra difere radicalmente daquela do historiador propriamente dito, que

⁶ Desde os gregos e os romanos, ao longo dos séculos, chegando à enorme diversidade de quanto se produz hoje, a narrativa na história assumiu roupagens peculiares. Ver Francisco Iglesias, “Comentário”, in Riedel, 1988, p. 148.

⁷ Para White, entre literatura e história há uma diferença de grau. A narrativa histórica, ao contrário da narrativa *tout court*, não dissemina falsas crenças sobre o passado, a vida humana, a comunidade, etc., mas testa a capacidade das ficções de uma cultura em dotar os eventos reais com os tipos de significado que a literatura revela à consciência, através da formação de padrões de eventos imaginários. Embora muitos discordem dessa posição, sua reflexão é considerada pelos interessados em melhor especificar o estatuto da história e o da ficção, uma vez que, por força da pressão por uma história científica, os historiadores têm, de modo geral, descuidado o papel que desempenha o imaginário em seu trabalho. Segundo esse autor, o temor do afastamento da “objetividade” leva ao desperdício de parte da riqueza de seu material. White, 1995.

⁸ White, 1994.

persegue objetivos mais modestos, renunciando ao impulso em decifrar o “enigma da história” e identificar o plano ou meta do processo histórico como um todo. Este, afirma-se, procura explicar o que aconteceu no passado mediante uma reconstrução minuciosa dos acontecimentos registrados em documentos, reprimindo, enquanto pode, seu impulso para interpretar os dados, ou pelo menos apontando, em sua narrativa, onde está representando os fatos e onde os está interpretando. Na meta-história, as explicações e interpretações da narrativa costumam andar juntas, confundindo-se até, ao dissolver a autoridade da representação do “acontecido”.

Atualmente, história e ficção acordam como formas de linguagem no sentido de que ambas são sintéticas e recapitulativas e têm por objeto a atividade humana. Podem selecionar, simplificar, organizar, resumir um século em uma página. O mesmo veio da imaginação e da linguagem que as aproxima, fertiliza a elaboração das teorias científicas, enquanto modelos da realidade. Deixando de ser estanques, cada um dos três ramos do saber interfere nos demais. A história, como investigação e registro de fatos sociais das civilizações, recorre a leis gerais, próprias à ciência, mas não negligencia a ficção; a ciência pode limitar-se ao registro dos fatos, e a ficção, por intermédio do romance, do drama, da poesia, alcança um nível de generalidade semelhante ao pensamento científico. O caráter de ciência conquistado pelo conhecimento histórico não supre todavia a base narrativa, que mantém seu nexos com o ficcional.

Saídas de um tronco comum, será em função da elaboração da temporalidade que história e ficção, que interessam particularmente neste estudo, entrecruzarão seus diferentes ramos. Tudo o que se conta acontece no tempo, toma tempo, desenvolve-se temporalmente, e o que se desenvolve no tempo pode ser contado. Esta reciprocidade entre narrativa e temporalidade, assim entendida por Paul Ricoeur e explorada em *Tempo e narrativa* (1994-1997), só levará o reconhecimento da fenomenologia temporal como tal na medida em que possa ser narrada. A primeira incumbência da fenomenologia: procurar no próprio texto a dinâmica interna que presida a estrutura da obra e sua capacidade de projetar-se para fora do texto, como produto de cultura. Assim, o texto não oferecerá apenas a mediação do conhecimento de si mesmo, mas, em última instância, estará proporcionando o conhecimento do mundo através do mundo da obra.

Logo, se tudo o que se conta no tempo toma tempo, deve-se considerar a relação entre narratividade e temporalidade. Como entra o tempo na teoria da narrativa? Para Ricoeur, através da forma discursiva do enredo, que é temporal, integrando os fatos dessa *hybris*, ligando fatos heterogêneos num só conjunto. Nessa medida, a narrativa pertence à família das formas simbólicas, assentando, em todas as culturas, a experiência do tempo. Diz Ricoeur:

Contando histórias, os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais de desenvolvimento, marcam com enredos e desenlaces o curso muito complicado das ações reais dos homens. Deste modo, o homem narrador torna inteligível para si mesmo a inconstância das coisas humanas, que tantos sábios, pertencendo a diversas culturas, opuseram à ordem imutável dos astros.⁹

Neste sentido Ricoeur sintoniza com Barthes, para quem é pela temporalidade do discurso, que tem a natureza de acontecimento, articulando-se de acordo com a dinâmica do enredo e pelos atos de linguagem, que o tempo se demarca. Barthes por sua vez afirma:

[...] todo discurso é ideologicamente marcado pela seleção que tanto o historiador quanto o romancista realizam no que se refere aos fatos presentes da realidade. Essa seleção cria um segundo sentido, que não corresponde completamente à realidade observada, determinando que história e literatura tenham uma existência puramente lingüística, cujo efeito é a ilusão do real.¹⁰

Nessa ótica, a suposição simplista da adaptação do discurso ao fato, da transparência do discurso científico e da evidência da verdade foi sobrepujada pela concepção do discurso passível de significação, porque passível de interpretação. Os objetos históricos não são fatos dados, mas sistemas de signos com os quais se pode reconstituí-los. Os fatos não se apresentam de forma imediata no discurso histórico, tampouco no literário. Se não se transformarem em feitos que comportam sentidos, capazes de circular entre homens e mulheres pela via do discurso, permanecem massa amorfa.

Se por um lado a narrativa ficcional pode desenvolver o enredo alterando o tempo cronológico por intermédio das variações imaginativas que a estrutura auto-reflexiva de seu discurso lhe favorece, a narrativa histórica, por outro, desenrola o tempo por conta da

⁹ “Introduction”, in Ricoeur, 1978, p. 16.

mimesis, que implica a elaboração do tempo histórico, ligando o tempo natural ao cronológico. Daí a natureza circular do nexa recíproco entre narratividade e temporalidade. Mais uma vez a proposição de Barthes aproxima-se daquela de Ricoeur, na aceitação da dicotomia lingüística entre enunciado e enunciação.

“Narrar é contar uma história, e contar uma história é desenrolar a experiência humana do tempo”¹¹, diz Benedito Nunes. É, pois, na reconfiguração do tempo que a narrativa histórica e a narrativa ficcional se interpenetram sem se confundirem, hipótese que sustentada, remete ao que diz Ricoeur:

[...] podemos dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia tão logo a quase-presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passadidade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história.¹²

A reiteração de Ricoeur no sentido de que o tempo se transforma em tempo humano¹³ por intermédio de sua narração acaba vinculando-se ao processo pós-moderno geral. No pós-modernismo, historiografia e ficção são atividades complementares, que se interfertilizam e dividem o mesmo ato de refiguração ou remodelamento da experiência de tempo por meio de configurações da trama.¹⁴

¹⁰ Barthes, 1982, p. 13-21.

¹¹ Benedito Nunes, “Contraponto” à sua exposição sobre “Narrativa histórica e narrativa ficcional”, in Riedel, 1988, p. 34.

¹² 1997, v. 3, p. 329.

¹³ De um lado está a ordem imutável dos astros, em seus movimentos regulares, que suscitou a primeira idéia do tempo natural e de sua medida; do outro, as marcas, as articulações e clarificações da narrativa, relativas ao curso complicado das ações e das inconstâncias das coisas humanas – a experiência do tempo humano (tempo vivido) – foram investigadas por Santo Agostinho no livro XI das *Confissões*. Ricoeur analisa esta obra e suas relações com o tempo no primeiro capítulo de *Tempo e narrativa* (1994, v. 1, p. 15-30).

¹⁴ Para Linda Hutcheon, “a escrita pós-moderna da história e da literatura ensina que a ficção e a história são discursos constituintes de sistemas de significação através dos quais se dá sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos *acontecimentos*, mas nos *sistemas* que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes, o que não é um refúgio para escapar à verdade, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos. Daí o pós-moderno realizar dois movimentos simultâneos: reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, e ao fazê-lo problematiza toda a noção de conhecimento histórico. Esse é mais um dos paradoxos que caracterizam os atuais discursos pós-modernos. Hutcheon, 1991, p. 120-137.

Se história e ficção têm sido vistas frequentemente como gêneros indefinidos, a linha divisória que poderá acentuar a dissimetria entre as duas narrativas anula-se pela natureza do *passado reconstruído*, quando se dá à expressão o seu peso ontológico de reconstrução de uma realidade que não mais existe, que deixou de ser. Aqui tem validade evocar a afirmação de Raymond Aron, para quem “o conhecimento histórico só tem valor científico se fundar suas afirmações em dados. O passado vivido não é mais e não mais será; o que lhe dá atualidade e está presente são os vestígios (*traces*) das expressões ou dos monumentos desaparecidos para sempre”.¹⁵

O historiador pára a meio caminho entre a definição inicial do rastro e sua extensão. Os vestígios deixados pelos homens do passado e os produtos de sua atividade, suas obras (casas, templos, sepulturas, escritos) deixaram marcas. Esta marcação sugere a idéia de um suporte mais duradouro do que a atividade transitória da humanidade, cuja obra, confiada à pedra, ao osso, ao papiro, ao papel, à fita magnética, à memória do computador, sobreviveu ao seu trabalho. Embora as gerações passem, seus feitos permanecem. O fenômeno do rastro – bem como o das ruínas, dos restos, dos documentos – vê-se dessa forma deslocado do historial para o intratemporal.

Nessa perspectiva, a “realidade histórica” é tão *sui generis* quanto a “irrealidade” da ficção. Nesta, os acontecimentos inventados, ao formarem um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica. Naquela, os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo. Ao freqüentar os arquivos e consultar os documentos – marcas perceptíveis aos sentidos, deixadas por um fenômeno em si mesmo muitas vezes difícil de captar – o historiador consegue rastrear o passado e imaginá-lo tal como foi.

Essas formulações afiguram-se necessárias para voltar a dizer que o ponto central para a aproximação dos discursos histórico e ficcional, das invenções da literatura e a realidade da história enquanto formas narrativas encontra-se, conforme Ricoeur e Barthes, na re/criação do tempo. Ora, essa reconfiguração, tanto para o historiador quanto para o escritor de ficção, é uma operação que reinscreve o tempo vivido sobre o tempo do mundo,

¹⁵ 1961, p. 94.

dando origem assim a alguma coisa que pretende ser o passado, mas que dele também difere¹⁶. Este procedimento desempenha o papel de representar, atualizar ações, personagens e cenários distantes no tempo e no espaço. Mas implica, para tanto, uma operação de ficção e imaginação, a fim de compor os discursos e as imagens que são colocadas no lugar desse passado, irrecuperável em sua integridade; é essa operação que lhe dá uma coerência de sentido.

Assim como a história, a literatura reinscreve um tempo “realmente” acontecido na voz narrativa. Se por um lado a história de algum modo se serve da ficção para refigurar o tempo, por outro a ficção se vale da história com o mesmo objetivo, numa concretização recíproca, que assinala o triunfo da noção de figura. Entre o tempo da ficção e o tempo histórico foi garantida certa comensurabilidade pela fenomenologia, que forneceu aos dois grandes modos narrativos uma temática comum, ainda que dilacerada por aporias.

Cabe apontar para a importância da teoria da leitura que criou um espaço comum para os intercâmbios entre a história e a ficção, pois ela interessa não apenas à recepção do texto literário, mas também aos leitores de história (não menos numerosos que os de romances). Todas as grafias – e, dentre elas, a historiografia – dependem de uma teoria ampliada da leitura. Neste sentido, as análises do entrecruzamento da história e da ficção, conforme assegura Ricoeur, são da alçada de uma teoria ampliada da recepção¹⁷. Se as historicidades divergem, o vínculo que será construído pela leitura é contemporâneo e falará do ponto de vista da história de quem lê, visto que

a dinâmica da leitura, como interação do texto e do leitor [...] possibilita que essa visão seja catártica: ela abre os olhos do leitor, revela-o a si mesmo, à sua verdade e à verdade do mundo. Os efeitos da ficção, efeitos de revelação e de transformação, são efeitos de leitura. É através da leitura que a literatura retorna à vida, quer dizer, ao campo prático e *pathico* da existência.¹⁸

O mesmo procedimento dar-se-á no processo da recepção da narrativa histórica, uma vez que o leitor contribui com suas expectativas e seu presente para conferir significação aos acontecimentos históricos. Essa concepção – que tem origem nas teorias da estética da

¹⁶Ricoeur, 1985, v. 3. A esse respeito, ver também Sandra Pesavento, “Chronique: une lecture sensible du temps”, in *Littérature/Histoire: regards croisés*, 1996, p. 92.

¹⁷Ricoeur, 1997, v. 3, p. 316.

recepção tem sido compartilhada e retomada por críticos que refletem a respeito dos entrecruzamentos – adequa-se à narrativa histórica,

[...] cujos fatos emergem ao presente tanto pela ação do narrador (historiador) quanto pela ação do leitor, que, ao interagir com o texto, atualiza-o, conferindo-lhe um significado presente. Em outras palavras, a leitura ficcionaliza a História, na mesma proporção que historiza a Ficção, uma vez que a voz narrativa, tanto num caso como no outro, situa no passado o mundo da obra [...] Assim, tanto o historiador como o narrador do relato ficcional recria o passado, que a narrativa traz de novo ao presente, elemento que o obriga a configurar o mundo próprio da obra, apto a reconfigurar-se, pelo efeito da leitura, numa visão do mundo real e histórico.¹⁹

Esses entrecruzamentos da história e ficção, objeto de detalhada investigação na última etapa de *Tempo e narrativa*, levam Ricoeur para além da dicotomia e da convergência que existe entre o poder que história e ficção têm de reconfigurar o tempo, para falar de “reconfiguração cruzada”, no desejo de mostrar os efeitos conjuntos da história e da ficção no plano do agir e do padecer humano; e de revelar como a refiguração do tempo pela história e pela ficção se concretiza graças a empréstimos que cada modo narrativo toma do outro. Desses intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica nasce o referido tempo humano (o tempo narrado), onde se conjugam a representação do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo.

Esses empréstimos consistirão no fato de que a intencionalidade histórica só se efetua incorporando à sua intenção os recursos de *ficcionalização* que dependem do imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz os seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do padecer assumindo simetricamente os recursos de *historicização* que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo.²⁰

Assim, as três amarras de que fala Ricoeur, “quase-enredo”, “quase personagem” e “quase acontecimento”, mantêm a história ligada à narrativa, com a qual não pode romper inteiramente, já que “o *quase* dessas expressões atesta o caráter altamente *analógico* do

¹⁸Ricoeur, 1985, v. 3, p. 149, que Benedito Nunes retoma em “Contraponto”, in Riedel, 1988, p. 33.

¹⁹ Carlos Alexandre Baumgarten, “Literatura e História: o entrecruzamento de discursos”, in Alves e Torres, 1993, p. 93-94.

emprego das categorias narrativas na história científica. Pelo menos essa analogia exprime o laço tênue e dissimulado que retém a história no âmbito da narrativa e preserva, assim, a própria dimensão histórica”.²¹

Entre o historiador e a realidade que não existe mais, a relação só pode ser analógica, de caráter metafórico, o que é compatível com o plano configurativo da narrativa. Para conhecer o que já foi através de documentos, o historiador deve apelar para os recursos tropológicos da imaginação. Mediante esses recursos ele conhece o inexistente e o reconstrói; contudo, sua reconstrução é uma figuração. Assim, reaparece na verdade histórica o elemento ficcional. Sua submissão a reescrever o passado tal como foi, tanto para Michelet no século XIX, quanto para Ricoeur hoje, significa a busca de saldar uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que faz do historiador um devedor insolvente. Para Michelet, sua posição é a do administrador dos bens dos falecidos. A história colhe e renova essas glórias deserddadas, dá vida a esses mortos, os ressuscita. Eles agora vivem conosco, que nos sentimos seus parentes, seus amigos.

Não cabe ao texto literário resolver os problemas do passado, profetizar, nem efetuar uma visão do mundo ou uma consciência real. Tal suposição se constituiria em procedimento de sacralização da chamada “criação literária”. O escritor (ou a escritora) não é um mero “espectador do social”; tampouco reproduz uma visão do mundo, pelo simples fato de que não existe “uma” visão de mundo. O que ele ou ela faz é captar de maneira privilegiada o rumor discursivo, os múltiplos discursos em circulação em seu tempo, inclusive os que ficam quase inaudíveis, por constituírem o discurso da margem.

Ao aproximar a história da literatura, autoras e autores da contemporaneidade têm colocado em paralelo e até mesmo entrecruzado os dois campos do saber, tratando de dar sentido e coerência à atualidade a partir de uma visão crítica do passado. Muitas vezes a história é relida em função das necessidades do presente, releitura que responde freqüentemente à necessidade de recuperar uma origem, ou justificar uma identidade, uma forma de conciliação com os demônios pessoais, uma ajuda a erradicar os coletivos.

²⁰ Ricoeur, 1997, v. 3, p. 176-177.

²¹ Ricoeur, 1994, v. 1, p. 327.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Dimensions de la conscience historique*. Paris: Plon, 1961.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. O romance histórico. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 384-387.
- BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. *Poétique*, Paris, Seuil, n. 49, 1982.
- _____. *Michelet*. Paris: Seuil, 1988.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Literatura e história: o entrecruzamento de discursos. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.
- BERND, Zilá. Leituras de fronteiras. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 288-291.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Viagem em torno de Mignolo: a literatura e a história. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1993. p. 151.
- BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-115.
- CHIAPPINI, Lígia. Quelle histoire, quelle littérature, pour quel type de regard? In: LITTÉRATURE/HISTOIRE: Regards croisés. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1996. p. 159-175.
- DECCA, Edgar De. O que é romance histórico. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 197-206.
- DESCARTES, René. *Discours de la méthode*. Paris: Hachette, 1997 (Coll. Classiques Hachette, 76).
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- IGLESIAS, Francisco. Comentário. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). *Narrativa: história e ficção*. Rio de Janeiro: UERJ, 1988.
- LEENHARDT, Jacques. La littérature: une entrée dans l'histoire. In: LITTÉRATURE/HISTOIRE: Regards croisés. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1996. p. 16-25.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.
- MARCO, Valéria De. A questão do romance histórico. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 192-197.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista: história oral da vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stela, 1988.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1993. p. 115-135.

NUNES, Benedito. Contraponto. In: RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: UERJ, 1988. p. 34.

PESAVENTO, Sandra. Chroniques: une lecture sensible du temps. In: LITTÉRATURE/HISTOIRE: Regards croisés. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1996. p. 91-101.

_____. Cruzamento de leituras: José Lins do Rego e Cyro Martins sob o olhar da história. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 249-254.

RICOEUR, Paul. *Le temps et les philosophies*, 1978.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. v. 1

_____. _____. Campinas: Papyrus, 1997. t. 3.

_____. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983. t. 1.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: EdUSP, 1995.

_____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EdUSP, 1994.

ZILBERMAN, Regina. Romance histórico, literatura romaneada. In: AGUIAR, Flávio et al. (org.). *Gêneros de fronteira, cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p.179-192.